

# A história do pensamento político

## dos *Grands Doctrinaires* à história social das idéias

MARCOS ANTÔNIO LOPES

**RESUMO:** Análise do desenvolvimento da história das idéias políticas no século XX. Os aspectos centrais acentuados referem-se à conquista de reconhecimento institucional da história intelectual e à sua abertura progressiva aos contatos transdisciplinares, elementos que ajudaram-na a renovar-se, acarretando na sofisticação teórica que se observa atualmente neste campo de estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** história intelectual, idéias políticas, teoria e metodologia da história.

A história do pensamento político existe como disciplina, com algumas das principais características que a distinguem hoje, seguramente desde o início do século XX. Mas, por essa época, não passava de uma disciplina subalterna, irrelevante, destinada a carregar água para a filosofia política. Em sua existência acanhada, como prima pobre da filosofia, tinha por função servir como breve guia introdutório à contextualização dos grandes autores do passado. Em conferência de 1968 intitulada “O Mundo da Política”, o historiador britânico W. H. Greenleaf, ao focar retrospectivamente a história do pensamento político, anotava:

*“...eu não desejaria de maneira alguma abraçar a causa do que é freqüentemente ensinado sob este título, a história das idéias políticas. Um mero catálogo cronológico de opiniões e de doutrinas*

Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*políticas, sem qualquer tentativa para conseguir uma referência contextual e coerência temática, é um travesti do que o estudo desta história deveria ser. A análise detalhada dos conceitos e argumentos de uns tantos “grandes livros” selecionados arbitrariamente não é história, mas apenas o que eu chamei de teoria política sob outra forma”* (Greenleaf, 1980, p. 207).

Como domínio autônomo, como campo de saber específico, como território teórico dotado de fronteiras reconhecidas, a história do pensamento político passou a ser mais amplamente estudada nas universidades a partir dos anos 1930. Apesar de já ter conhecido um relativo desenvolvimento nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, no Canadá e na França, não estava integrada aos currículos universitários até fins dos anos 1920. É certo que já havia publicações importantes veiculadas desde o final do século XIX em todos esses países, que tomavam como objeto as idéias políticas. Entretanto, tratava-se de uma disciplina vivendo ainda sua menoridade. Como nos informa Michel Winock, na França da primeira metade do século XX,

*“... a preocupação dominante de nosso ensino clássico era a do conhecimento da literatura geral; a literatura política só era considerada ocasionalmente, quase acessoriamente, e menos por si mesma que sob o ângulo puramente literário. Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, eram antes de tudo vistos como escritores, do ponto de vista do estilo, da composição, e, no caso do segundo, da sensibilidade, e não como tendo escrito sobre a política, e por isso mesmo tendo exercido uma atividade ao mesmo tempo em que construíam uma obra. (...) a concepção da história das idéias estava marcada por uma finalidade pedagógica. Chevallier estava menos preocupado em estudar a genealogia das grandes idéias políticas, sua difusão e sua função nas diversas sociedades onde nasciam que em oferecer um capital cultural a jovens que se destinavam a servir ao Estado ou a assumir funções de direção. Ele preferia assim acentuar o que escapava ao transitório, ia além da “cor local”, e, inversamente, propunha respostas duradouras aos ‘principais problemas políticos, colocados há séculos para o espírito humano’”* (Winock, 1996, p. 273-275).

Na Alemanha, na primeira metade do século XX, o desenvolvi-

mento da disciplina foi marcado por um notável retrocesso. Como demonstra Maurice Duverger, “... a esterilidade do período hitleriano deixou as ciências sociais num deserto. A maior parte dos especialistas de valor se refugiou, aliás, nos Estados Unidos” (1962, p. 56). De acordo com Harold Laski (1980), foi no início do século XX que se verificaram, na Inglaterra, duas mutações importantes na “carreira” da história do pensamento político, mutações estas que ocorreram simultaneamente. Além de um nítido estabelecimento de fronteiras entre a já tradicional e pujante filosofia política e a história das idéias políticas, verificou-se ainda o reconhecimento institucional desta última, passando a contar com cátedras no sistema educacional.

Outro historiador inglês, Preston King, analisando especificamente a “libertação” da história do pensamento político na Inglaterra, observa que foi somente a partir dos anos 1920 que os historiadores ingleses passaram a se interessar pelas idéias políticas um pouco mais destacadas ou desvinculadas da filosofia e de outras áreas das ciências humanas. Em texto de 1977, King considera que

*“No século XX, a história e a filosofia, as ciências gerais, simplesmente se estilhaçam, e suas diversas partes descrevem um movimento centrífugo originado em um núcleo comum anterior. (...) O estudo da política nas universidades não é, de forma alguma, novo; entretanto, certamente o é a separação dos estudos políticos dos estudos de direito, economia, história, sociologia e psicologia”* (King, 1980, p. 3).

De acordo com Peter Burke (1995, p. 11), na primeira metade do século XX verificou-se a ascensão da história das idéias. E esta ascensão não se restringiu a um país específico, apesar de os níveis de desenvolvimento terem sido bastante desequilibrados, tanto no que se refere ao reconhecimento institucional dos centros de ensino e pesquisa na área, como também no que diz respeito à natureza e ao valor da história das idéias políticas praticadas nos diferentes países.

O reconhecimento da história do pensamento político, a partir de fins dos anos 1920, alcançou proporções transcontinentais, sendo que sua melhor recepção ocorreu nos Estados Unidos, país no qual a disciplina assumiria, entre outras atribuições, uma responsabilidade direta pela formação cívica do indivíduo. Durante décadas, essa foi a concepção predominante nas fronteiras da história das idéias políticas, até os anos de 1960-1970. Analisando tal trajetória, assevera Richard Tuck que

*“... era obviamente de alguma importância prática que a cidadania não colhesse seus valores no ar, ao acaso, uma vez que não pudesse derivá-los de uma dedução transcendente; e o principal pro-*

*pósito de se estudar a história do pensamento político, o que manual após manual torna claro, era prover o leitor (que, sendo em geral estudante de um colégio americano, era encarado acima de tudo como um futuro cidadão) de um conjunto de possíveis atitudes políticas que ele próprio não teria sido capaz de gerar (elas eram o trabalho de “gê-nios”), mas às quais poderia reagir e fazer sua escolha de uma maneira equilibrada e bem orientada” (Tuck, 1992, p. 281).*

Acerca deste aspecto, o livro-coletânea de Preston King, *O Estudo da Política*, é bastante revelador dos principais traços que predominavam na história do pensamento político inglês e, de um modo geral, em todas as outras tradições nacionais, incluindo-se a norte-americana. A obra de Preston King alinha, em série cronológica, as célebres *Lectures* inaugurais pronunciadas em Cambridge e Oxford, desde a criação das cátedras de história das idéias políticas nestas universidades, no início do século XX. Pode-se ressaltar que um dos principais propósitos de quase todos estes professores ingleses — que foram se sucedendo na cátedra de história das idéias políticas — era fornecer elementos que contribuíssem para a formação de uma consciência cívica, guiando com segurança os homens do presente na rota de um futuro mais estável, mais previsível, mais desembaraçado de imprevistos e convulsões. Estes autores tinham como principal horizonte de referência a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

Na França, apesar da onipresença intimidadora da Escola dos *Annales* em relação à história das idéias políticas, nunca deixou de existir atividade na área. Contudo, é preciso reconhecer que ela foi cultivada por um pequeno número de especialistas, de maneira quase solitária e esparsa ao longo de várias décadas. Seu reconhecimento institucional foi tardio em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos. Entretanto, é preciso destacar, nesse domínio, importantes trajetórias de historiadores como Pierre Mesnard, autor do clássico *L'Essor de la Philosophie Politique au XVI<sup>ème</sup> Siècle*, obra de 1936, reconhecida por Quentin Skinner como livro de valor e importância, entre as grandes obras de conjunto das correntes do pensamento político.

A primeira cátedra de história das idéias políticas foi criada na França somente em 1943. Conforme demonstra Michel Winock, tratava-se de questão estratégica oferecer aos alunos das *Sciences Politiques* uma ‘cultura política’, ou melhor, aquilo que à época se concebia por história do pensamento político. Pretendia-se munir o cidadão francês das camadas sociais superiores de uma certa competência teórica em relação às grandes obras da tradição do pensamento político. Ainda segundo Winock, o grande mestre nesta empreitada foi Jean-Jacques Chevallier, que se

desincumbiu de uma tarefa muito importante: ministrar cursos que se estenderam de 1943 a 1965 (cf. Winock, 1996, p. 274).

Mas a história das idéias políticas nunca conheceu na França dias de glória. Ultrajada pelo mesmo tribunal que levou ao desprestígio quase completo de sua irmã maior, a história política, foi caracterizada por Lucien Febvre — em seus artigos mortais na revista *Annales*, que resultariam mais tarde nos *Combates pela história* — como “história de pernas curtas”, “história que não é a nossa”, entre tantos outros epítetos tão ou menos encorajadores. Em “*L’Histoire Politique et Institutionnelle*”, interessante capítulo de seu *Le Phénomène Nouvelle Histoire*, H. Coutau-Bégarie (1989, p. 189) avalia esses grandes estragos, que se refletiram sobre o território mais amplo do político, ao afirmar que é muito difícil apagar-se meio século de combates encarniçados contra ele.

Jacques Le Goff apresenta-nos uma avaliação contrastante. Em texto de 1978 considera que “A fobia da história política já não é um artigo de fé, porque a noção de política evoluiu e a problemática do poder impôs-se à história nova” (Le Goff, 1990, p. 281). Um historiador brasileiro, Francisco Falcon, referenda esta argumentação, mas sem deixar de estabelecer algumas nuances sumamente importantes. Realça Falcon que os estudos sobre a esfera do político — na qual se insere com muita ênfase a história das idéias — durante a grande vaga da Escola dos *Annales*, podem até não ter desfrutado de prestígio — o que é notório — mas não haviam baixado completamente ao limbo das sombras, já que autores como Bloch, Lefebvre, Goubert, Duby, Mandrou e outros não excluíram a dimensão política em suas pesquisas. Mas Falcon adverte:

*“Como disciplina histórica, a história das idéias, apesar de sua imponente longevidade e prestígio, teve contra si dois grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos Annales. A má vontade desta, talvez a mais difundida entre nós, foi sintetizada desde sempre por Lucien Febvre ao se referir a uma “história das idéias descarnadas”. Além dessas inimizades bastante conhecidas, a história das idéias luta contra a ubiqüidade de seu próprio objeto — as idéias — que, em termos acadêmico-disciplinares, é reivindicado também pela história da filosofia e por diversas outras disciplinas das ciências humanas.”*  
(Falcon, 1997, p. 92)

É preciso reconhecer que Lucien Febvre tinha alguma razão, uma vez que seu empenho de crítico teórico da história vinha se manifestando em trabalhos nos quais a história das idéias, inclusive políticas, traduziam-se, ainda que de forma diluída, no seu livro de 1927, *Un Destin, Martin Luther*. Nesta obra, Lucien Febvre dava de ombros para a tradi-

onal e ultrapassada história política e, ao mesmo tempo, abria um veio profundo de possibilidades para a disciplina, o que, décadas mais tarde, constituiu-se num de seus principais campos de interesse, a história social das idéias, incluindo os estudos sobre as mentalidades coletivas e o imaginário político.

A história das mentalidades procura abordar os sentimentos difusos das coletividades, e a história do pensamento político se interessa pelas expressões do pensamento formal, organizado ou sistematizado de maneira coerente por cabeças bem pensantes, ou seja, por mentes privilegiadas, principalmente quando se atenta para épocas anteriores ao século XIX, e para o caráter restrito da cultura letrada.

Contudo, ao dar relevo ao contexto de produção de uma obra de pensamento, e ao procurar se “apoderar” do tempo e do mundo de um autor, articulando-os aos valores culturais presentes em sua época, a história das idéias políticas passa a comungar dos interesses de uma história das representações coletivas. E será um dos mais destacados historiadores da dita história intelectual nos anos mais recentes que nos deixará entrever o alcance desse *parentesco*: “Com razão, a historiografia recente chegou ao lugar-comum de que, se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro...” (Skinner, 1996, p. 11).

Em sentido análogo ao propugnado por Quentin Skinner, já em 1971, o historiador francês Georges Duby apontava para a necessidade de se transformar radicalmente o campo de estudos da chamada história intelectual, também reconhecido como o terreno dos historiadores da filosofia. Em seu artigo para a prestigiosa coleção francesa *La Pléiade*, posteriormente transformado em manifesto em prol da história das mentalidades, Duby exprime o desejo de uma alteração de curso nos inquéritos até então realizados pelos historiadores do pensamento, que a partir de então deveriam munir-se de uma nova competência, ou seja, utilizar-se dos avanços alcançados pelos historiadores das mentalidades coletivas. Citando artigo de Lucien Febvre, cujo foco de análise era a obra do historiador da filosofia medieval Étienne Gilson, Georges Duby adverte que

*“Estas investigações tornaram menos incerta uma verdadeira história das filosofias — e não dos filósofos —, que não se isolaram pelos seus sistemas de pensamento do seu ambiente cultural e afectivo, e que manteria ‘aberta, sempre, uma porta de comunicação, por onde o mundo das idéias pudesse retomar nos nossos espíritos o contacto que tinha naturalmente com o mundo das realidades, quando vivia’.”* (Duby, 1999, p. 71-72)

Na França, até meados da década de 1950, a concepção que se tinha desenvolvido acerca das idéias políticas não distava muito da tradi-

ção anglo-americana. Eram até concepções bem próximas, uma vez que ambas as escolas se pautavam por noções compatíveis, em formas de abordagem de textos e perspectivas gerais de seus objetos de pesquisa. Numa consulta a trabalhos de autores franceses representativos da história do pensamento político nas décadas de 1950/1960, como Marcel Prélot, por exemplo, o que se encontra em termos de visão ou proposta para a disciplina é algo como:

*“...a história das idéias tem como objeto as ideologias, quer dizer, as concepções intelectuais segundo as quais, e do mesmo modo, o Estado se estabelece e se organiza e a autoridade política funciona e é transmitida. (...) Por consequência, são excluídas as obras que não formulem com uma amplitude, uma força e um rigor suficientes, pontos de vista essenciais sobre os assuntos públicos.”*  
(Prélot, 1974, p. 15-18)

Como se percebe, define-se nas entrelinhas a visão de que o estudo dos clássicos deveria se enraizar no presente, para ajudar a compreender problemas da atualidade, tendo o Estado como principal objeto de reflexão. Na França, esta tendência se torna até mais compreensível, porque os franceses, tão orgulhosos do brilho e vigor de sua cultura, viviam até há bem poucos anos o desespero e a humilhação provocados pela presença acabrunhante dos exércitos de Hitler.

Este traumatismo ainda ecoava fortemente entre eles nos anos 1950, época da publicação do livro de Prélot. Pierre Rosanvallon ataca o que considera como a tendência ao “tipologismo” que está enraizado na natureza dessa história das idéias políticas feita à moda antiga. Rosanvallon observa que esta história dos Mesnard, dos Prélot e dos Touchard tem causado consideráveis estragos à tradição da história do pensamento político. Para Rosanvallon, isto pode ser evidenciado de modo bem claro em antigos manuais como *L’Histoire des Idées Politiques* — de Jean Touchard — ou mesmo o de Prélot, que leva igual título; textos que, por infelicidade, ainda constituem a referência básica para os universitários nas Faculdades de Direito e de Ciência Política.

Para Rosanvallon, “Não há história nenhuma nesses manuais, propensos a organizar tudo em termos de escolas, de etapas, de períodos, de correntes. A arte da classificação substitui o pensamento e a compreensão das obras” (1995, p. 15). Contudo, é preciso dizer que Rosanvallon não é plenamente justo na avaliação do trabalho de Jean Touchard, obra coletiva que já àquela época buscava incorporar algumas das novas contribuições teórico-metodológicas para o estudo das idéias políticas.

Marcel Prélot pensava que a história das idéias políticas deveria se interessar pelos grandes temas relativos aos assuntos públicos — leia-se principalmente Estado —, temas esses abordados de forma válida

apenas em grandes obras e autores representativos do pensamento político ocidental. Esta falha, ou melhor, esta orientação consciente, bem como outros indícios das fragilidades da história das idéias políticas, pode ser traduzida nos seguintes termos: apenas os autores considerados pesados podem ser tomados como uma espécie de “abreviaturas da realidade” (Cassirer) de seu tempo, já que são concebidos como expressões conscientes e coerentes do contexto histórico e dos grupos sociais que fazem parte da vida política.

Estas mentes privilegiadas exprimem um certo *quantum* de consciência intelectual de seu mundo, porque são portadoras de uma lucidez perceptível apenas nos quadros de uma elite pensante. Um dos efeitos desse enfoque teórico-metodológico, claramente inclinado a valorizar os chamados textos canônicos da grande tradição do pensamento político, seria o de desconectar as idéias de sua ambiência propriamente histórica.

Por este ângulo, as idéias políticas possuiriam quase que meramente uma existência abstrata, sem conexões de vária natureza com o mundo histórico que as gerou. História como desencarnação da idéia, como diria Lucien Febvre, legitimada pelo fato inegável de que há na tradição do pensamento político determinados problemas que, ao serem abordados por autores do calibre de um Aristóteles, de um Maquiavel e de um Hobbes, por exemplo, continuam a fazer sentido em outros contextos históricos, e a iluminar a realidade em diferentes épocas. Como afirmava enfaticamente Marcel Prélot, a história das idéias políticas estava destinada a fornecer uma luz indispensável para a compreensão da política contemporânea: “É impossível analisar, e ainda menos compreender, a realidade presente, sem o conhecimento dessas grandes obras da literatura política, que representam marcos na história da humanidade...” (Prélot, 1974, p. 7). Este era o “método” válido, reconhecido como legítimo, ao mesmo tempo o mais fácil e o mais cômodo, a ser seguido tanto em obras acadêmicas como em livros de iniciação à política, caso da obra anteriormente citada de Prélot. Dessa forma, parece bem consistente o argumento de Jean-François Sirinelli ao afirmar que

*“(...) alguns problemas foram demasiadamente deixados na penumbra: como as idéias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa dada data? Tanto quanto a própria partitura, seu eco é objeto da história.”* (Sirinelli, 1996, p. 236)

Entretanto, a história francesa das idéias políticas, notadamente nas décadas de 1950/1960, já vinha sendo tocada pelos ventos de uma progressiva renovação. Num texto teórico da década de 1960, Roland Mousnier apontava alguns embaraços inerentes a este domínio. Dizia ele que os historiadores das idéias ressentiam-se da dificuldade — e portanto da fragilidade — de determinar os laços sociais dos teóricos cujo pensa-



mento estudavam; esta insuficiência refletia também sobre o papel de seus grupos e dos seus respectivos contextos históricos na formação de suas idéias fundamentais.

Em sentido análogo, afirma ainda Mousnier (1973, p. 41), os historiadores da área não eram muito capazes de rastrear a propagação das idéias dos pensadores, bem como apontar quais indivíduos ou grupos sociais as receberam e efetivamente assimilaram-nas, e qual o peso de sua influência em acontecimentos políticos. Em fins dos anos 1950, e início da década de 1960, verifica-se um anseio de renovação tendente a afastar certas coordenadas da pesquisa, tais como: a tendência em conceber a história das idéias políticas como vinculada a questões contemporâneas, como a especialidade destinada a estudar a marcha do Ocidente na constituição dos Estados modernos, e ainda como o campo de trabalho voltado apenas à análise e interpretação dos autores de envergadura e das grandes escolas doutrinárias. Além das doutrinas, em suas lógicas internas, tornou-se necessária também a preocupação com o enraizamento das idéias políticas em sua esfera social, com a sua difusão e recepção. Como observava Jean Touchard, em livro de 1959,

*“Não se trata aqui somente de analisar os sistemas políticos elaborados por alguns pensadores, mas de integrar esses sistemas no seu contexto histórico, de procurar ver como nasceram e o que representavam para os homens que viviam nessa época. (...) Mas logo surgem dificuldades sem conta. Como analisar as idéias políticas de uma sociedade? O que já de si é difícil em relação à época em que vivemos não será impossível a respeito de eras passadas? O historiador das idéias deveria, para cada época, perguntar a si próprio quais são as idéias políticas dos camponeses, dos operários, dos funcionários, da burguesia, da aristocracia, etc....”* (Touchard, 1970, p. 11).

Tratava-se de conectar os grandes sistemas filosóficos do pensamento político ao seu meio ambiente, ou seja, ao contexto histórico no qual os pensadores da política se desenvolveram. Caberia a esta história das idéias políticas a árdua tarefa de compreender e *restituir* a filosofia de tais pensadores ao seu *ethos* particular. Ela deveria esforçar-se em compreender — em seus próprios termos, ou melhor, naquele espírito do tempo — a homens que viveram num passado remoto. E, se esta história pudesse ir um pouco mais longe, tentando estabelecer relações entre o pensamento formal dos grandes pensadores com o universo informal de seus contemporâneos não-filósofos, tanto melhor:

*“Mais que à direção da paisagem ideológica, é a uma observação da localização dos intelectuais*

— e eventualmente de seu deslocamento — no interior dessa paisagem que o historiador deve particularmente se dedicar. Como salientava com razão Jacques Julliard, “é tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as idéias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”. Na verdade, na fronteira entre a história das idéias políticas, e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas idéias no meio dos intelectuais, se abre ao pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção dessas idéias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico” (Sirinelli, 1996, p. 257-258).

Dessa maneira, ter-se-ia uma história social das idéias políticas, o que permitiria uma compreensão mais alargada dos grandes textos bem como da *filosofia política* dos homens comuns de seu tempo, se assim se pode dizer. E esta história das idéias, por contraste, parece muito fecunda, uma vez que a obra de um grande pensador político, por mais lúcida que seja, jamais será a fidedigna expressão do conjunto de seu próprio pensamento e, muito menos ainda, a expressão acabada e irretocável de sua época.

Para além dos estudos interpretativos dos textos canônicos — as grandes obras do pensamento político — bem como da atenção progressiva dedicada às pequenas obras — dos autores ditos menores — houve olhares atentos sobre outras dimensões do político. Desde James Frazer (1981) e sua obra clássica sobre o caráter mágico da realeza — fim do século XIX — passando por Marc Bloch (1924) e seu estudo consagrado sobre a natureza taumaturgica dos reis europeus — anos 1920 —, uma fecunda tradição de estudos sobre o vasto território do político foi se acumulando.

E não é verdade que estes trabalhos tenham desdenhado as grandes obras políticas de intelectuais da envergadura de um Maquiavel, de um Hobbes ou de um Montesquieu, como bem o demonstra o exemplo de Ernst Kantorowicz (1985) e seus epígonos (Bryant, 1986; Giesey, 1986; Madden, 1982; Boureau, 1991; Montaignu, 1987; Valensise, 1986)<sup>1</sup> da chamada escola cerimonialista norte-americana. Para estes, o leito principal da história estava em outra parte. Surge, então, uma história social do político, responsável por diluir as até então rígidas fronteiras entre a história e as ciências sociais. E a principal aliança dos historiadores políticos será concertada com a antropologia.

A título de ilustração de outros aspectos historiográficos acerca

<sup>1</sup> Os três últimos são historiadores franceses que também estudam as cerimônias reais.

do político, é preciso recordar, com Jacques Le Goff, que no movimento de renovação da historiografia francesa contemporânea, a partir da década de 1970, o retorno mais importante é o da História Política. A história da construção do Estado monárquico é hoje uma gigantesca área de trabalho, um universo historiográfico que vem se expandindo continuamente. Esta nova História Política, a que se refere Jacques Le Goff, tem se espreado pelos domínios do Estado monárquico da Época Moderna, e produziu uma série de estudos notáveis, tanto por parte de historiadores europeus quanto de norte-americanos. Dentre eles, pode-se destacar os franceses Jean-Marie Apostolidès (1987) e Louis Marin (1981), além do inglês Peter Burke (1993) e os americanos Ralph Giesey (1986) e Sarah Hanley Madden (1982).

O resultado dessas novas pesquisas traduziram-se na ampliação do conceito de Estado moderno, agora visto para muito além de seus aspectos dinásticos, diplomáticos e jurídicos. No quadro geral dessa nova história, há uma ênfase sobre as dimensões simbólicas da realeza do Antigo Regime. Desde a década de 1960 que se assistirá a uma revalorização da História Política centrada nas monarquias absolutistas. Mas, se se fala em retorno do político e em revalorização da política, isto não deve significar que os estudos políticos em história tenham desaparecido por completo. Quando se fala em retorno do político deve-se ter em mente o fato de que a tradição historiográfica inaugurada com Febvre e Bloch foi um tanto nociva às formas tradicionais desse gênero de história.

Contudo, mesmo no círculo dos historiadores dos *Annales*, a história política não deixou de ser defendida e praticada por algumas figuras isoladas. Robert Mandrou é um bom exemplo, com obras como *La raison du prince* e *Louis XIV et son temps*. Em favor da valorização do político, outro historiador dos *Annales* — Pierre Chaunu — salientou, em fins da década de 1960, que a história tinha sido, durante um longo tempo, a história exclusiva dos Estados. E Chaunu indagava: seria razoável, como reação, banir o Estado da História? Em seu *A civilização da Europa Clássica*, há uma vigorosa defesa da inclusão da história política no campo de reflexão dos historiadores, defesa que ecoou no círculo *annaliste*, isto é, entre os chamados historiadores da terceira geração.

Nesse domínio, os anos 1940-1950 já assinalavam mutações importantes, com as pesquisas de Boris Porchnev e Roland Mousnier, que revelaram as particularidades regionais ou provinciais no âmbito do sistema absolutista europeu. Ao invés do enfoque dos Estados monárquicos como um bloco monolítico no interior do sistema político da Europa absolutista, a historiografia dos anos 1940-1950 encarregou-se de explicar este fenômeno em seus diversos modelos históricos. O Congresso Internacional de Roma (1955) atuou de forma decisiva para o avanço e consolidação de novos conhecimentos sobre o Estado moderno, ao apontar lacunas e ao sugerir novas orientações de pesquisa, com destaque para os

trabalhos de Roland Mousnier, Fritz Hartung e Boris Porchnev.

Boris Porchnev introduziu os movimentos de sublevação camponesa do Antigo Regime, uma nova proposta temática que ele fez acompanhar de uma tese original e polêmica: o campesinato, por meio de suas *jacqueries*, insurgia-se contra os tentáculos fiscais do Estado, de forma absolutamente autônoma, sem se deixar conduzir pelas elites provinciais. Lavra-se aí um dos primeiros atestados de óbito da História Política tradicional, ocupada apenas com os altos escalões do teatro da história: reis, príncipes, imperadores, batalhas, tratados, etc.

Roland Mousnier relativizou esta “espontaneidade” das rebeliões rurais, abrindo um debate duradouro. Para o historiador francês, as revoltas camponesas foram incentivadas e, em várias ocasiões, até mesmo conduzidas pelas nobrezas provinciais, insatisfeitas com as intrusões das novas instituições da monarquia absolutista, principalmente os chamados *intendants*, representantes do novo aparato fiscal da monarquia.

A partir da década de 1960, assiste-se ao nascimento de uma História do Estado moderno, agora bastante renovada. Como afirma Alain Boureau, de uns trinta anos para cá, a história da construção do Estado moderno e europeu, compreendida entre os séculos XV e XVIII, vem se renovando. Esta renovação tem-se verificado privilegiando-se a noção de ritualidade política.

As cerimônias reais, por longo tempo abandonadas pelos especialistas como aspectos pouco relevantes do folclore monárquico do Antigo Regime, estavam carregadas de funções políticas importantes: elas teriam elaborado a linguagem política do Estado, conquistando o assentimento, a adesão social, além de se prestarem como a fachada cênica da monarquia, como os elementos mais explícitos de seu *marketing*.

Há um acento sobre a ritualidade política como a maior força criadora do Estado moderno, na França e na Inglaterra. O Estado moderno, ao criar uma “teologia política”, como a expressa na teoria do direito divino dos reis, operou uma fusão entre o aparato jurídico e a liturgia cristã. Daí ser impraticável qualquer estudo sobre o Estado moderno sem lançar mão de análises no plano teológico-religioso.

Nos Estados Unidos, durante as décadas de 1960/1970 e 1980, os herdeiros intelectuais de Ernst Kantorowicz foram os arautos de uma História do Estado moderno, com ênfase sobre o que se conhece hoje como as grandes cerimônias monárquicas: sagração, funerais, entradas reais e *lits de justice*.

Nos dias atuais, estes estudos já formam um conjunto bastante considerável, sendo dominados não por historiadores europeus, mas, curiosamente, por norte-americanos. Expressando um caráter eminentemente eclético, no que se refere ao instrumental teórico-metodológico, estes autores têm como referência, além da obra de Kantorowicz, a antropologia religiosa de Mircea Eliade, a antropologia histórica de Georges

Dumézil, a sociologia weberiana e os historiadores alemães do direito, entre os quais se destaca Percy Ernst Schramm.

É preciso notar que se trata da apropriação de temas genuinamente antropológicos. Como notou Claude Lévi-Strauss (1987), este relacionamento entre história e antropologia já era coisa antiga, remontando a período anterior à obra fundadora de M. Bloch. No domínio mais específico da História Política, e do Estado moderno, a chamada “contaminação” antropológica abriu um campo fecundo para o estudo do imaginário político do Antigo Regime. Mitos e ritos políticos antigos repudiados longamente pela historiografia, passaram à condição de principal alvo na mira dos novos historiadores. Os mitos passaram à condição de temas privilegiados para a História Política. Procedeu-se a uma reabilitação da História Política, principalmente daquela que tem como objeto de estudos o Estado monárquico europeu na Época Moderna, extraíndo dos velhos estoques de retórica dos historiadores e mestres de cerimônias do Antigo Regime materiais novos para uma história renovada.

Os ritos políticos, ou melhor, o cerimonial monárquico representa a “fachada cênica” da propaganda real, um dos esteios da centralização do Estado, tornando palpável tanto a pompa quanto a ideologia, expressa pela doutrina do direito divino dos reis. Ao representar o Estado monárquico, personificado pela realeza sagrada, por meio de uma rica coreografia ilustrada pelas quatro grandes cerimônias e outros espetáculos menores, como o “levantar” do rei, alcança-se uma forma visível para um poder em busca de ascensão.

Recebido para publicação em setembro/2001

LOPES, Marcos A. The history of political thought: from *Grands Doctrinaires* to the Social History of ideas. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 113-127, October 2002.

**ABSTRACT:** Analysis of the development in the history of the political ideas in the XX<sup>th</sup> century. The principal aspects accentuated in this paper refer to the conquest of institutional recognition of the intellectual history and its progressive opening in the contacts with other theoretical areas, elements that helped her to modernize, making in the theoretical sophistication that is observed now in this horizon of studies.

**KEYWORDS:**  
intellectual history,  
political ideas,  
theory and  
methodology of  
history.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. (1987) *Le roi-machine: spectacle et politique au temps de Louis XIV*. Paris, Éditions du Minuit.
- BLOCH, Marc. (1924) *Les rois thaumaturges*. Strasbourg, Librairie ISTRA.
- BOUREAU, Alain. (1991) Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique. *Annales ESC*, Paris, **6**.
- BRYANT, L. M. (1986) La cérémonie de l'entrée à Paris au Moyen Age. *Annales ESC*, Paris, **3**.
- BURKE, Peter. (1993) *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1995) *A arte da conversação*. São Paulo, Editora Unesp.
- COUTAU-BÉGARIE, H. (1989) L'histoire politique et institutionnelle. In: \_\_\_\_\_. *Le phénomène nouvelle histoire*. Paris, Economica.
- DUBY, Georges. (1999) *Para uma história das mentalidades*. Lisboa, Terramar.
- DUVERGER, Maurice. (1962) *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FALCON, Francisco. C. (1997) História das idéias e história e poder. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus.
- FRAZER, James. (1981) *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro, Zahan.
- GIESEY, Ralph. (1986) Modèles de pouvoir dans le rites royaux en France. *Annales ESC*, Paris, **3**.
- GREENLEAF, W. H. (1980) O mundo da política. In: KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília, Ed. da UNB.
- KANTOROWICZ, Ernst. (1985) *Los dos cuerpos del rey: un estudio de teología política medieval*. Madrid, Alianza Editorial. (Edição original em inglês, *The King's Two Bodies*, 1957).
- KING, Preston. (1980) Introdução. In: \_\_\_\_\_. (org.). *O estudo da política*. Brasília, Ed. da UNB.
- LASKI, Harold. J. (1980) Sobre o estudo da política. In: KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília, Ed. da UNB.
- LE GOFF, Jacques *et alii*. (1990) *A nova história*. Coimbra, Almedina.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1987) História y etnología. *Revista de Occidente*, Madrid, **77**.
- MADDEN, Sarah Hanley. (1982) L'idéologie constitutionnelle en France: le Lit de Justice. *Annales ESC*, Paris, **1**.
- MARIN, Louis. (1981) *Le portrait du roi*. Paris, Éditions du Minuit.

- MONTAIGU, Henry. (1987) *La couronne de feu: introduction à la lecture symbolique de l'Histoire de France*. Paris, Dervy-Livres.
- MOUSNIER, Roland. (1973) Problemas de metodo en el estudio de las estructuras sociales de los siglos XVI, XVII y XVIII. *Estudios Políticos*, Madrid, **198**. (Publicado originalmente na *Revue Historique*, Paris, **3**, 1964)
- PRÉLOT, Marcel. (1974) *As doutrinas políticas*. Vol. 1. Lisboa, Editorial Presença. (Edição original francesa 1959).
- ROSANVALLON, Pierre. (1995) Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, **30**.
- SIRINELLI, Jean-François. (1996) Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- SKINNER, Quentin. (1996) *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TOUCHARD, Jean. (1970) *História das idéias políticas*. Lisboa, P.E.A. (1ª edição francesa 1959).
- TUCK, Richard. (1992) História do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora Unesp.
- VALENSISE, Marina. (1986) Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française. *Annales ESC*, Paris, **3**.
- WINOCK, Michel. (1996) As idéias políticas. In: Rémond, René(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.